



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11183 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

A EAD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE EXPANSÃO DAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS NO BRASIL

Kelly Cristina da Silva Ruas - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação - CEPAAE/UFV

A EAD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE EXPANSÃO DAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS NO BRASIL

Introdução

A trajetória da EaD no Brasil, oficialmente foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e comumente identificada por diferentes gerações relacionadas ao desenvolvimento e à utilização de diversas tecnologias em seus processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, considera-se salutar compreender a discussão que envolve a expansão da EaD na educação superior, pois, observa-se que educação superior no Brasil, nos últimos anos, vem passando por transformações significativas diante da necessidade de atender a demandas de ampliação de acesso às universidades públicas. Neste contexto de expansão da educação superior, a educação a distância passa a ser utilizada como modalidade educacional estratégica para atender às demandas educacionais (LIMA, 2014).

A temática abordada neste trabalho trata da expansão da EaD no Brasil, especificamente, as políticas públicas para a expansão desta modalidade na educação superior, confrontando os indicadores de expansão das redes pública e privada, a partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tendo como recorte temporal os anos de 1996-2019.

Aproximação da EaD na educação superior: uma análise dos indicadores de expansão

A educação superior e sua expansão no Brasil tem sido alvo de políticas educacionais

que passaram, a partir da Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB), de 1996, a adotar EaD como uma das principais estratégias para promover tal política.

Nesse contexto, a EaD é construída, em especial, na educação superior, desde a década de 1990, passando por uma reforma em busca de superação de um sistema de elite para um sistema de massa. A EaD, segundo Dourado (2008), passa a ocupar, a partir de 1995, um espaço de referência para as políticas de expansão desse nível educacional, particularmente, para a formação de professores. O crescimento dos cursos na modalidade inicia-se, portanto, em 1995, no início do segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), graças a políticas públicas que buscavam aumentar o quantitativo de estudantes matriculados na educação superior, ampliando o acesso aos cursos a distância em instituições públicas e privadas. Essa expansão encontra-se em pleno processo de consolidação e crescimento acelerado, estando presente em maior número nos cursos de graduação/licenciaturas, seguidos pelos de especialização *lato sensu* e aperfeiçoamento.

Atualmente, a EaD está presente em cursos oferecidos por instituições, sejam públicas ou particulares, e em diversos níveis de formação: educação fundamental básica, profissionalizante, treinamento, aperfeiçoamento, extensão e, com predominância, na graduação e pós-graduação *lato sensu*. Gouvêa e Oliveira (2006) salientam que é na educação superior que se concentra a maior demanda da EaD, assim, esclarecer sua inserção no contexto expansionista da educação superior permite compreender o contexto em que o objeto desta pesquisa está situado.

Para compreender melhor a expansão da EaD na educação superior, foi realizada uma pesquisa no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e em *sites* institucionais dedicados à educação superior, objetivando apresentar a síntese numérica das instituições públicas e privadas credenciadas para a oferta de cursos de graduação, considerando-se, ainda, o número de vagas e matrículas realizadas na educação superior, no período de 1996 a 2019.

Face aos dados levantados relacionados à questão em foco, torna-se perceptível o contraste entre a rede pública e privada, com crescente número de instituições, vagas e matrículas, constatando-se o movimento expansionista e de regulação da EaD no Brasil, como pode ser observado no Quadro1.

Quadro 1- IES credenciadas / Oferta de vagas / Matrículas na EaD

Governos	IES Credenciadas		Oferta de vagas		Matrículas	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
FHC (1996-2002)	33	9	29.877	7.798	41.363	6.392
Lula (2003-2010)	3345	351	568.335	7.242.122	718.262	2.397.537
Dilma (2011-2016)	406	551	365.162	14.283.673	904.468	5.214.076

Temer (2017-2018)	190	410	248.250	11.626.151	338.499	3.474.994
Bolsonaro (2019)	105	308	103.584	10.292.016	157.657	2.292.607

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo da Educação Superior do Inep (1996-2019).

Observa-se, a partir dos dados apresentados no Quadro 1, que a EaD inicia seus primeiros passos na educação superior no ano de 1996 no governo FHC, de forma tímida, sendo ofertada, até o ano de 2001, exclusivamente, por IES públicas. Este governo foi marcado por um crescimento significativo da EaD na educação superior, demonstrando a adesão aos cursos ofertados a distância, ao registrar taxa de crescimento de 128,6%, no credenciamento das instituições, 158%, na oferta de vagas, e 1.941%, nas matrículas. Já nas IES privadas, a inserção da EaD se deu no ano de 2002, quando se efetivou o processo de credenciamento destas IES para a oferta de cursos a distância, representando, no ano de 2002, 36% de instituições credenciadas, 32% da oferta total de vagas e 15,7% das matrículas realizadas neste governo.

No governo Lula houve um crescimento linear quanto ao número de IES credenciadas para a oferta de cursos a distância, oferta de vagas e quantitativo de matrículas, com forte predominância do setor privado. Ao analisar os dados, observa-se um crescimento progressivo no setor público, com as taxas de crescimento das instituições públicas credenciadas atingindo 219%, a oferta de vagas oferecidas, 1.295% e as matrículas nos cursos a distância, 356%. Já no setor privado é observado um crescimento contínuo e vertiginoso da EaD, marcado por um processo acelerado de privatização da expansão da educação superior, via EaD, a partir da proliferação de IES credenciadas. Neste período, o crescimento destas IES privadas credenciadas atingiu 325%, apresentando elevadas taxas de oferta de vagas (7.698%) e matrículas (7.036%). De modo geral, neste governo, ao se analisar o quantitativo de oferta de vagas *versus* matrículas, constata-se -3%, fato este que pode ser justificado pela demanda reprimida acumulada. Já no setor privado este quadro é inverso, evidenciando um descompasso relativo ao quantitativo de oferta de vagas em relação às matrículas realizadas nos cursos a distância, demonstrando um cenário de ociosidade de vagas da ordem de 66,9%.

No Governo Dilma, os dados revelam que no setor público houve uma taxa positiva de crescimento de 19,2% de IES credenciadas e de 7,7% na oferta de vagas, enquanto a taxa de crescimento das matrículas foi negativa, representando -31,1%. Já no setor privado particular, o cenário de crescimento positivo se deu de forma contínua, computando um crescimento médio de 88,4% das IES credenciadas; 276,2% da oferta de vagas; e 68,3% das matrículas.

Computando-se os dados do Governo Temer, observa-se um baixo crescimento da EaD no país, de modo geral. No setor público, o crescimento foi positivo, alcançando do 8,8% no credenciamento de IES e 4,4% na oferta de matrículas, enquanto na oferta de vagas a média se deu de forma negativa, chegando a -16,2%. Já o setor privado particular apresentou taxa de crescimento de 47% no credenciamento de IES, 54,5% na oferta de vagas

e 18,4% nas matrículas.

No primeiro ano de Governo Bolsonaro, observa-se que a EaD, no setor público, apresentou poucos avanços em relação ao ano anterior, demonstrando uma taxa de crescimento de IES credenciadas da ordem de 6,1%, enquanto o quantitativo de vagas e matrículas se deu de forma negativa em -8,5% e -8,8%, respectivamente. Já os dados relacionados ao setor privado particular apresentam taxas de crescimento de 26,2% no credenciamento de IES, 45,8% na oferta de vagas e 21,7% na realização de matrículas, confirmando a tendência de privatização na oferta da EaD na educação superior, visto que 93,1% das matrículas realizadas neste ano foram realizadas no setor privado, demonstrando, mais uma vez, um cenário amplamente dominado por este setor.

Conclusões

Esta pesquisa foi estimulada pelo desejo de conhecer o processo de expansão da EaD no Brasil, tendo como recorte temporal os anos de 1996-2019, confrontando os indicadores de expansão das redes pública e privada, a partir da análise dos dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Observa-se que, embora o setor privado tenha adotado a EaD tardiamente em relação ao setor público, houve investimento neste processo, de modo que, rapidamente, o setor privado passou a prevalecer no cenário da educação superior, bem como se tornou elemento de destaque no mercado educacional.

Considera-se, ainda, que face a este crescimento vertiginoso da EaD no Brasil, constata-se que as diretrizes das políticas de EaD na educação superior são engendradas pelo setor privado, bem como evidenciam a ausência de medidas restritivas a este processo. Desse modo, emerge a necessidade de se avaliar todo este caminho percorrido pela EaD, até o momento, e discutir o caráter democrático de acesso à educação superior, dada a evidência clara de mercantilização desta modalidade educacional. Questiona-se, também, a forte indução de políticas públicas instituídas por parte do Estado que norteiem a área, com vistas à regulação e, em especial, à desregulamentação nos governos Temer e Bolsonaro, com vistas ao favorecimento do setor privado, o que impacta diretamente em desfavor da democratização do acesso a este nível educacional, desobrigando o Estado de suas funções sociais, especialmente, de tratar educação como bem público.

Palavras-Chave: Educação a distância. Educação superior. Expansão.

Referências

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a1229104>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GOUVÊA, Guaracira; OLIVEIRA, Carmen Irene. **Educação a distância na formação de professores**: viabilidades, potencialidades e limites. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Produto 01**: documento técnico contendo estudo analítico das diretrizes, regulamentações, padrões de qualidade/regulação da EAD, com vistas a identificar políticas e indicadores de expansão da educação superior em EAD, 2014. Disponível em: http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_downlo d&gid =16511&Itemid=. Acesso em: 12 jul. 2022.